

## **PROCESSO DE INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PLANO DE BACIA DO RIO TAQUARI-ANTAS**

*Adriano Peixoto Panazzolo; Augusto Gattermann Leipnitz; Carlos Alfredo Türck Júnior; Chaiana Teixeira da Silva; Daniela Viegas; Fernanda Lemos Costa; Jackson Dullius Pilger; Juliana Pugliese Christmann; Lauro Bassi; Rogério Luís Casagrande; Silvia Olinda Soares Aurélio<sup>1</sup>.*

### **RESUMO**

O processo de informação e mobilização social do Plano de Bacia Taquari-Antas, nas fases A e B, foi composto por inúmeras ações que objetivaram o fortalecimento dos membros do comitê de bacia, bem como a participação efetiva da sociedade na definição dos usos futuros das águas na bacia. Por meio de um planejamento detalhado, a consultora STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A., deu suporte na elaboração de produtos que contribuiriam para implementação do Plano de Comunicação, com estratégias de comunicação pública e comunitária, possibilitando a realização inúmeras atividades com os membros do Comitê a fim envolvê-los no processo participativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** mobilização social, processo participativo, comitê de bacia.

### **INFORMATION PROCESS AND SOCIAL MOBILIZATION PLAN OF RIVER BASIN TAQUARI-ANTAS**

### **ABSTRACT**

The process of information and social mobilization of the Basin Plan Taquari-Antas, phases A and B was composed of several actions that aimed to strengthen the committee members basin, as well as the active participation of society in defining the future uses of the water. Through careful planning, the consultant STE - Engineering Technical Services SA, has supported the development of products that contributed to the implementation of the Communication Plan, with public communication strategies and community, making possible the numerous activities with members of the Committee in order to involve them in participatory.

**KEY WORDS:** social mobilization, participatory process, watershed committee

### **INTRODUÇÃO**

Como envolver a sociedade em torno das questões que discutem a gestão dos recursos hídricos na sua região? E de que forma pode-se despertar o interesse por este tema através da comunicação? Estes são alguns dos questionamentos que levaram à proposição deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Todos integrantes do artigo são colaboradores da empresa STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A

A mobilização social está voltada para a promoção do envolvimento de pessoas através de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover (PLAMSAN, 2012). Neste sentido, um Plano de Comunicação e Mobilização é um instrumento de trabalho que serve de assistência nos campos da comunicação e da mobilização social, além de promover incentivo à participação dos seus membros em todas as suas atividades. A mobilização propicia a formação do capital social que, ainda de acordo com Matos (2009), está intimamente relacionado com as interações nas redes sociais por meio de práticas comunicativas, esse conjunto de trocas sociais contribui para o desenvolvimento do capital social, como componente que integra os elementos ativos do capital humano e traduz a intensidade da vida na sociedade civil e o desempenho institucional que garante a democracia.

Para isso, delimitou-se a atuação do Comitê Taquari-Antas, seu Plano de Bacia e suas fases como balizadores das ações de mobilização social para a participação da sociedade. De acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA, 2011) a Bacia do Rio Taquari-Antas é composta por 118 municípios, totalizando com 1,2 milhão de habitantes. Sua área é de 26.415 km<sup>2</sup> o equivalente a em torno de 9% do território do Estado do Rio Grande do Sul. Seu comitê foi criado através do Decreto nº 38.558, de 1998, o primeiro no Rio Grande do Sul após a aprovação da Lei Estadual nº 10.350/94 conhecida como lei das águas.

A composição do comitê é de quarenta membros titulares eleitos e divididos entre os Grupos I, II e III por um mandato de dois anos. Estes são divididos com proporção de representação que são 40% das vagas para as representações dos usuários de água (I), 40% para os representantes da população (II) e os 20% remanescentes para o poder público (III). As seguintes categorias são então consideradas em cada um dos respectivos grupos. GRUPO I (Usuários): Abastecimento Público, Esgotamento Sanitário, Drenagem, Gestão Urbana e Ambiental; Geração de Energia; Produção Rural; Indústria; Navegação e Mineração; e Lazer e Turismo; GRUPO II (População): Legislativos Municipais; Associações Comunitárias e Clubes de Serviços Comunitários; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão; Organizações Ambientalistas; Associações de Profissionais e Organizações Sindicais; GRUPO III (Poder Público): Ministério do Meio Ambiente; Secretarias de Estado de Planejamento e Gestão; Ciência e Tecnologia; Turismo, Esporte e Lazer; Educação; Obras Públicas; Saúde; Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio e Meio Ambiente.

As principais atribuições do comitê são: propor objetivos de qualidade das águas da bacia hidrográfica; aprovar o plano de bacia e acompanhar a sua implementação; compatibilizar os interesses dos diferentes usuários da água; definir enquadramentos dos seus corpos de água em classes de uso e sua conservação. Dentre estas, está o Plano da Bacia Hidrográfica que é um instrumento de planejamento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, com abrangência territorial da totalidade da área da bacia. Este é elaborado por uma equipe técnica com a participação da sociedade da bacia, sendo aprovado pelo Comitê de Bacia.

O objetivo principal do Plano é acordar os usos da água em termos de qualidade e quantidade, em um horizonte de 20 anos. São acordadas as metas de qualidade de água necessárias a estes usos, desta maneira também definem-se as ações imprescindíveis para esta realização (SEMA, 2011).

Em setembro de 2010 foram contratados, através de licitação pelo Departamento de Recursos Hídricos (DRH), os estudos para realizar o “Plano de Bacia Taquari-Antas Fases A e B”, para a definição dos objetivos de qualidade e dos usos quantitativos desejados, em harmonia com os anseios da comunidade, a partir de um diagnóstico que aponte os impactos sobre os recursos hídricos. O Plano de Bacia é o principal instrumento para construção do cenário desejado, que

implica em estabelecer as medidas que deverão ser adotadas para alcançá-lo. O estudo leva em consideração os aspectos hidrológicos, ambientais, econômicos, sociais, usos dos solos e das águas. Este é dividido em 3 etapas que são:

Etapa A - Avaliar a qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponíveis e a compatibilidade das demandas com a situação da bacia. Os usos múltiplos estudados são: abastecimento público, esgotamento sanitário e drenagem, geração de energia, agricultura, pecuária, indústria, pesca extrativa, aquicultura, navegação, extração mineral, turismo e lazer e preservação ambiental.

Etapa B - Identificar os usos desejados pela população no rio Taquari-Antas e afluentes. Definir as classes de qualidade para atender os usos desejados. Delinear as intervenções para atingir os objetivos.

Etapa C – Detalhar os Programas de Intervenções necessários para a concretização do enquadramento, para serem realizados pelo Poder Público (SEMA, 2011).

No processo de informação e mobilização social do Plano de Bacia do rio Taquari-Antas, a Consultora STE - Serviços Técnicos de Engenharia propôs estratégias de trabalho interno para os membros do Comitê e de envolvimento da sociedade. Durante a construção do Plano de Bacia, entre as várias ações propostas estavam: mobilização da imprensa com o lançamento oficial; preparação dos porta-vozes; elaboração de programetes de áudio e press kit para imprensa.

Estas ações buscaram envolver a população nas consultas públicas do Plano de Bacia do rio Taquari-Antas (PBTA) que tiveram como objetivo, oportunizar ocasiões de manifestações da sociedade para as intenções futuras de uso preponderantes das águas da bacia. A construção do Plano de Bacia é determinada pelas relações entre os membros do comitê, os quais interagem com os seus respectivos representados. Para compreender sobre estes processos de mobilização e comunicação buscamos os referenciais nas áreas da sociologia e da comunicação.

## **METODOLOGIA**

### **Processo de Informação e Mobilização Social do Plano de Bacia Taquari-Antas (PBTA)**

O diagnóstico da dinâmica social foi realizado na fase preliminar, no intuito de apresentar e discutir a estratégia de mobilização social. Essa oficina resultou na construção de um Cronograma de Trabalho entre a Consultora e o Comitê, permitindo uma preparação detalhada de cada etapa do processo de mobilização social, com a premissa do apoio e desenvolvimento da mobilização social para a participação da população na construção do PBTA.

O comitê de bacia hidrográfica, por se tratar de uma instituição mista de Estado e Sociedade, propôs-se utilizar conceitos de comunicação pública (Matos, 2011), que aponta como tendência a participação de mais atores sociais, inclusive instituições privadas, no debate e na sua implementação. O crescente envolvimento de novos atores na esfera pública contribui para um novo conceito que passa a incluir as demandas de segmentos sociais. Trata-se de uma comunicação de todos para todos, baseada na participação democrática, que pode ser visto na articulação das categorias que compõe um comitê.

Durante o diagnóstico da dinâmica social da Bacia, as rádios foram destacadas como eficiente forma de comunicação pública. Em atenção especial a este segmento, foi proposto o desenvolvimento de projeto para produção de programas em áudio, de cunho institucional, de veiculação sugerida como semanal e disponibilização gratuita. Com duração de aproximadamente 3 minutos, abordou os seguintes temas: o que é a bacia hidrográfica, o Comitê Taquari-Antas e o PBTA, os mesmos foram disponibilizados no site e enviados para as rádios das cidades que compõem a Bacia para estimular a sua participação no enquadramento.

As notícias começaram a ser acompanhadas em março de 2011 com o lançamento do PBTA para a imprensa até maio de 2012. Foram registradas 130 inserções dos assuntos referentes ao Comitê e o PBTA neste período. As cidades de origem foram diversas, o que demonstra que a cobertura foi homogênea na região e por todos os formatos de veículos de comunicação (radiofônico, impresso, televisivo e digital). Foram elaborados materiais de comunicação (gráficos, áudios, visuais) de apoio aos participantes, estes tinham por objetivo informar de forma clara e rápida os principais pontos do diagnóstico da Bacia.

Neste contexto, a comunicação nos movimentos sociais para Honnet (2009 in Matos 2011) deve buscar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades representadas por eles na coletividade, pois permite a elevação do valor social, que consiste na reputação dos seus membros. Matos (2011), completa ainda que grupos sociais incapazes de se organizarem ficam em desvantagem para conquistar a visibilidade necessária à obtenção de reconhecimento. Na concepção de Mégard e Deljarrie (2003 in Matos 2011) afirmam que a comunicação da instituição pública se consolida como um elemento estratégico da mediação entre os atores e o governo, visando criar e/ou reforçar o vínculo social de parceiros da ação pública.

Nobre (2011 in Matos 2011) reforça que o conceito de “comunicação pública” deve incluir, necessariamente, todos os atores sociais que integram a esfera pública para debater e formular propostas de ações ou de políticas que beneficiem a sociedade como um todo. Matos (2006 in Matos 2011) complementa que o resultado seria uma convergência entre comunicação pública e comunicação política: com assuntos e interesses que envolvem questões de poder na sociedade necessitam da mobilização, do engajamento e a participação de todos os atores sociais em todas as fases do processo deliberativos e de implementação, levando em conta os custos e benefícios para cada um dos agentes, sendo todos igualmente reconhecidos como cidadãos com direito a voz. Por isso a comunicação pública não se restringe às ações do governo e inclui igualmente os cidadãos, mantendo o fluxo das relações comunicativas entre todos os atores.

### **Consultas Públicas**

As Consultas Públicas ocorreram inicialmente para informar e subsidiar a população quanto aos resultados obtidos no Diagnóstico da Bacia e a partir disso, coletar as intenções de uso das águas por esta população. O Comitê do Taquari-Antas levou informações aos participantes referentes ao histórico do Comitê, além de uma visão geral do Sistema de Recursos Hídricos e o conceito sobre bacia hidrográfica segundo a Lei nº 10.350/94. Após a apresentação do diagnóstico, foi aberto um momento para manifestações dos representantes das entidades presentes, bem como as demais pessoas interessadas em se manifestarem.

As Consultas Públicas do PBTA oportunizaram ocasiões de amplas consultas à sociedade, em processo conduzido por intermédio do Comitê, oportunizou a manifestação das intenções futuras de uso das águas da Bacia, dentro do processo de construção da respectiva proposta de enquadramento das águas, de acordo com o disposto principalmente pela Resolução CONAMA nº 357/2005. Nestas oportunidades de Consulta afirma Matos (2011) que a comunicação pública exige, portanto, a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas como produtores no processo comunicacional. Assim, são também atores na comunicação pública a sociedade, o terceiro setor, a mídia, o mercado, as universidades e as instituições religiosas, estejam eles vinculados ou não a instituições ou associações formais.

Levando em consideração essas heterogeneidades dos atores e amplitude geográfica da Bacia, a localização dos municípios que sediaram as Consultas Públicas foi definida pelo Comitê durante reunião plenária, sendo: Lajeado; Guaporé; Bento Gonçalves; Vacaria; Caxias do Sul, na tentativa de chegar aos grupos mais diversos. O procedimento de apresentação foi o mesmo em todas as cidades. A apresentação foi composta por momentos distintos e complementares, sendo eles: informações sobre o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e as definições sobre o enquadramento das águas; O Comitê de Bacia Hidrográfica e suas atribuições; o Diagnóstico dos Usos identificados na Bacia; e o Processo de Manifestação e Registro das Intenções de Uso.

## RESULTADOS

No total, foram contabilizados 990 participantes nas cinco Consultas Públicas, e foram registradas 600 pessoas que registraram suas intenções de uso.

Tabela 1 – Público por consulta, quantidade de manifestações de uso e municípios representados

	Lajeado	Guaporé	Bento Gonçalves	Vacaria	Caxias do Sul	Total
Público por Consulta	487	197	133	49	124	990
Participantes das Intenções de Uso	221	162	94	42	81	600
Municípios Representados	33	22	17	13	14	56

Observa-se que todas as Consultas contaram com uma forte participação da população do próprio município e dos municípios vizinhos, enfatizando a importância da escolha dos locais para a realização de tais eventos.

O registro da localização do domicílio das pessoas que participaram da expressão das intenções de uso, segundo a Figura 1 permitiu analisar a questão da representatividade geográfica do processo. Nesta análise, as pessoas que participaram de mais de uma Consulta foram contabilizadas várias vezes. Observa-se a participação de pessoas domiciliadas em 56 municípios, o que corresponde a um pouco menos da metade dos 118 municípios da Bacia.

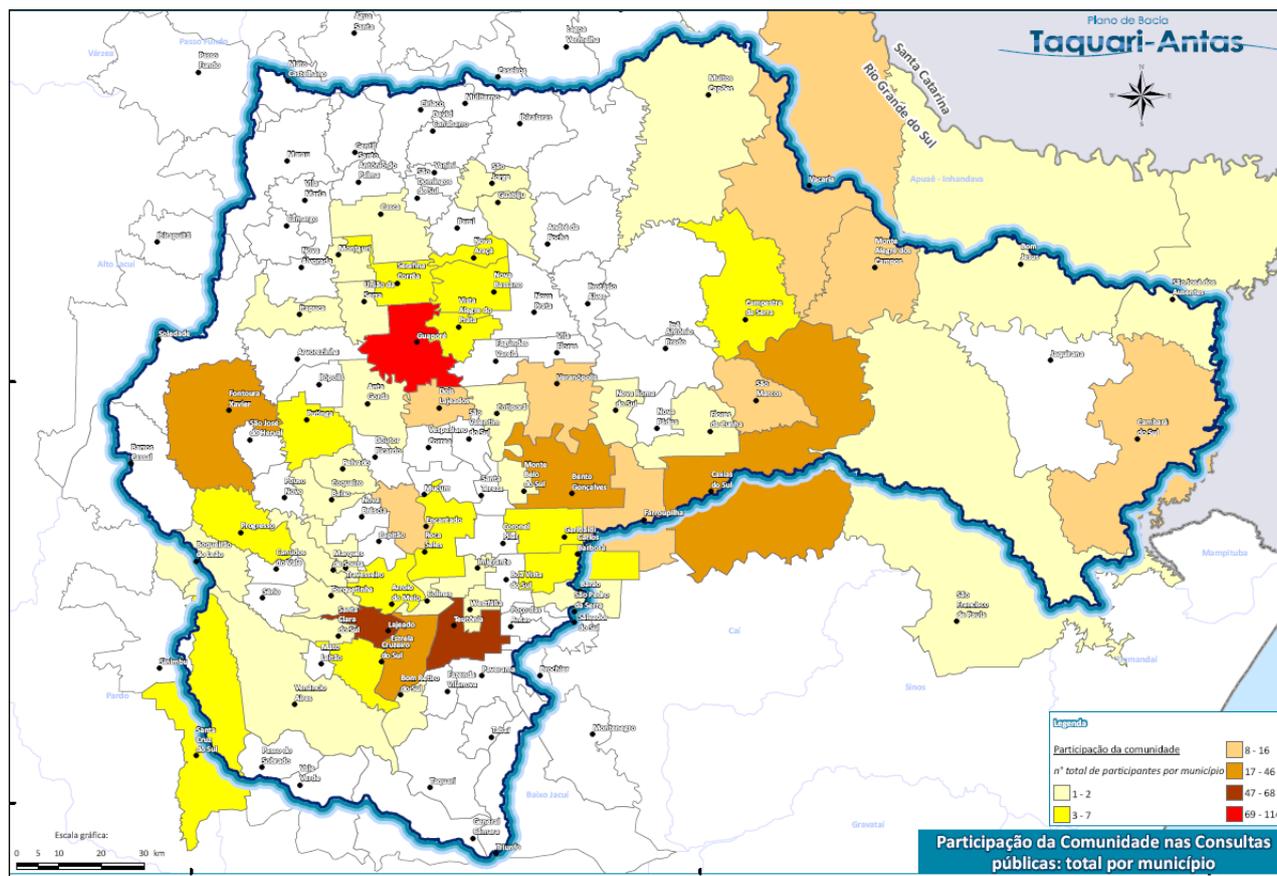


Figura 1- Mapa dos participantes das Consultas Públicas e suas respectivas cidades

Melucci (2001) define que os movimentos contemporâneos são como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, estas características, os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais. Os Processos de mobilização, modelos, e formas de comunicação são níveis de análise significativos para reconstruir o sistema de ação que constitui o ator coletivo, são formas contemporâneas de ação coletiva, múltiplas, e atingem diversos níveis do sistema social. Movimento social refere-se, a um fenômeno coletivo que se apresenta certa unidade externa, mas que, internamente, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças. Nas consultas públicas foi possível identificar estes movimentos pela participação em cada momento.

Após a compilação dos resultados de manifestações de uso que subsidiaram a proposta de enquadramento, ocorreu uma Segunda rodada de Consultas Públicas, nas mesmas cidades escolhidas inicialmente, tendo como objetivo divulgar para os participantes os resultados sobre as intenções almejadas e colher subsídios adicionais para o processo deliberativo final de elaboração da proposta de enquadramento, interno ao Comitê de Bacia.

O Comitê do rio Taquari-Antas deliberou continuar discutindo os usos não contemplados na Resolução CONAMA nº 357/2005 e outras ações relacionadas à continuidade do Plano de Bacia a partir da definição da proposta de enquadramento, conforme ações que seguem: formação de grupos de trabalho por temática dos de Rios de classe especial. Além de metas para discussões com

instâncias estaduais/regionais/locais para implementações das ações e conhecimento do que foi acordado; a interlocução com os licenciamentos ambientais municipais e estaduais; a interlocução com o Sistema de Meio Ambiente e Sistema de Saneamento; busca do cadastro de usuários; realização de Fase C do Plano de Bacia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Fossati (2011) a comunicação em ambientes participativos está presente, a coexistência de sujeitos coletivos, na esfera pública, sugere que as comunidades de localização comum estão cedendo espaço às comunidades de interesse comum, ampliando assim, o compartilhamento de novas mediações, envolvendo os setores: público, privado e o não governamental. Os ambientes participativos constituem espaços de comunicação onde se desenvolvem oficinas de cidadania, tais como: orçamento participativo, planejamento participativo, processos de participação popular; conselhos como Corede e Comudes. O que também pode ser aplicado aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O Plano de Comunicação foi embasado a partir das necessidades dos membros do comitê e priorizaram as ações de comunicação pública que conforme Matos (2011) não se reduz a comunicação midiática. Ambas se complementam, de modo a conformar um ambiente propício para a circulação da informação constituída sob o processo colaborativo dos diversos atores sociais. A determinação do conteúdo, seja ela local ou não, é orientada o interesse público, o direito a informação, a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de comunicação. Propõe-se ainda a reflexão sobre as práticas comunicacionais dos atores envolvidos e os princípios que lhes servem de orientação, por exemplo, podemos compreender o significado da ideia de bidirecionalidade da comunicação onde, não somente alguns poucos preparam e enviam informações, mas todos participam igual e ativamente da construção das informações de interesse público.

Na concepção de Matos (2011) a comunicação pública determina, portanto, a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas, sobretudo como produtores ativos no processo comunicacional. Assim, são também atores, na comunicação pública a sociedade, o terceiro setor, a mídia, o mercado, as universidades, as instituições religiosas e os segmentos a que se tem negado reconhecimento – sejam eles vinculados ou não a instituições ou associações formais. Para Brandão (2007 in Matos 2011) a comunicação pública é parte da vida política da sociedade, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão que constitui a sociedade civil.

Cabe ainda salientar que o objetivo inicial foi atingido, através dos resultados obtidos nas Consultas Públicas realizadas nas cidades escolhidas, pode-se averiguar que o tema atingiu inúmeras comunidades da Bacia, além de fortalecer os membros do Comitê, de modo que os mesmos continuassem comprometidos com projetos delineados no final das Etapas A e B do Plano.

Os dados aqui compilados reforçam que esta participação da sociedade é possível e que momentos como este devem ser amplamente divulgados e trabalhados junto às bases comunitárias para o envolvimento da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (organizadora). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1.Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora. 2011. (Serie Pensamento e Prática; v4)
- FOSSATI, Nelson Costa. Comunicação em ambientes participativos – CAP. In: Moura, Claudia Peixoto. In: Fossati, Nelson Costa (org). **Práticas acadêmicas em relações públicas: processos, pesquisas e aplicações**. Porto alegre. Sulina, 2011.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.
- MATOS, Heloiza. **Capital Social e comunicação: Interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (organizadora). Comunicação pública, sociedade e cidadania. 1.Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora. 2011. (Serie Pensamento e Prática; v4)
- PLAMSAN; **Plano de Comunicação Social** - Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos Municípios do Estado do Amazonas, 2012.
- SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SEMA/DRH). **Relatório Técnico 1 - Etapa A**. Elaborado por: STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. 2011.
- SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE / DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SEMA/DRH). **Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas**. Relatório Síntese - Etapa A e B. Elaborado por: STE – Serviços Técnicos de Engenharia. 2012.